

“Índio de papel”: um estudo sobre representações do jornalismo no site laboratório A Catraia/Ufac

*“Paper Indian”: a study on representations in the journalism of the laboratory
site A Catraia/Ufac*

*“Indio de papel”: um estudio sobre las representaciones em el periodismo em
el sitio del laboratório A Catraia/Ufac*

Francielle Maria Modesto Mendes¹

Resumo: O site laboratório A Catraia é uma atividade de laboratório organizada por alunos que são supervisionados por professores do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC). O objetivo deste artigo é analisar as representações sobre povos indígenas em três matérias que foram publicadas neste site no período de 01 de junho de 2021 a 01 de fevereiro de 2022. A metodologia de pesquisa é a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin. A partir dos estudos de Bessa Freire foram identificados cinco ideias equivocadas sobre os povos indígenas nos textos jornalísticos analisados: 1) o indígena é identificado sempre de forma genérica; 2) as culturas desses povos são sempre vistas como atrasadas; 3) como culturas congeladas; 4) os indígenas sempre são narrados como pertencentes ao passado; e 5) o brasileiro não é percebido como sendo indígena. Essas cinco ideias foram usadas como categorias de análise neste artigo. Além desse autor, o artigo também discute estudos de Miquel Alsina, Stuart Hall, Kathryn Woodward, Maria Regina Celestino de Almeida, Gerson Albuquerque, entre outros. A partir dessa pesquisa foi possível concluir que os estudantes ainda cometem abordagens equivocadas, mas avançaram no que diz respeito ao debate sobre temáticas como direitos, educação e saúde; ao uso de fontes indígenas e a identificação de etnias em seus textos noticiosos.

Palavras-chave: Jornalismo. Representações. Povos indígenas. A Catraia.

Abstract: The laboratory site Catraia is a laboratory activity organized by students who are supervised by professors of the Journalism course at the Federal University of Acre (UFAC). The purpose of this article is to analyze the representations of indigenous peoples in three articles that were published on this site from June 1, 2021 to February 1, 2022. The research methodology is Content Analysis, by Laurence Bardin. Based on Bessa Freire's studies, five

¹ Universidade Federal do Acre – Ufac. E-mail: franciellemodesto@gmail.com.

misconceptions about indigenous peoples were identified in the analyzed journalistic texts: 1) indigenous people are always identified in a generic way; 2) the cultures of these peoples are always seen as backward and 3) as frozen cultures; 4) indigenous people are always narrated as belonging to the past; and 5) Brazilians are not perceived as being indigenous. These five ideas were used as an analysis category in this article. In addition to this author, the article also discusses studies by Miquel Alsina, Stuart Hall, Kathryn Woodward, Maria Regina Celestino de Almeida, Gerson Albuquerque, among others. From this research, it was possible to conclude that students still make wrong approaches, but they have advanced in terms of the debate on topics such as rights, education and health; to the use of indigenous sources and the identification of ethnicities in their news texts.

Keywords: Journalism. Representations. Indian people. A Catraia.

Resumen: El sitio de laboratorio Catraia es una actividad de laboratorio organizada por estudiantes que son supervisados por profesores de la carrera de Periodismo de la Universidad Federal de Acre (UFAC). El propósito de este artículo es analizar las representaciones de los pueblos indígenas en tres artículos que fueron publicados en este sitio del 1 de junio de 2021 al 1 de febrero de 2022. La metodología de investigación es el Análisis de Contenido, de Laurence Bardin. Con base en los estudios de Bessa Freire, se identificaron cinco conceptos erróneos sobre los pueblos indígenas en los textos periodísticos analizados: 1) los indígenas siempre se identifican de manera genérica; 2) las culturas de estos pueblos siempre son vistas como atrasadas y 3) como culturas congeladas; 4) los indígenas siempre son narrados como pertenecientes al pasado; y 5) los brasileños no son percibidos como indígenas. Estas cinco ideas se utilizaron como categoría de análisis en este artículo. Además de este autor, el artículo también aborda estudios de Miquel Alsina, Stuart Hall, Kathryn Woodward, Maria Regina Celestino de Almeida, Gerson Albuquerque, entre otros. De esta investigación se pudo concluir que los estudiantes aún realizan enfoques erróneos, pero han avanzado en cuanto al debate sobre temas como derechos, educación y salud; al uso de fuentes indígenas y la identificación de etnias en sus textos informativos.

Palabras clave: Periodismo. Representaciones. Gente India. A Catraia.

1 INTRODUÇÃO

O site laboratório A Catraia² é produzido por alunos do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre – UFAC sob a supervisão de professores da instituição. O objetivo deste artigo é analisar as representações sobre povos indígenas em três matérias que foram publicadas no site de 01 de junho de 2021, quando lançado em sua última versão, até

² O nome do veículo faz referência a uma pequena embarcação muito utilizada nos rios amazônicos acreanos.

01 de fevereiro de 2022, quando a pesquisa neste veículo foi finalizada para dar início à elaboração deste artigo³.

Segundo o professor Wagner Costa da Silva (2022), primeiro editor do veículo, uma primeira tentativa de implantação de um site jornalístico para o curso surgiu em 2009⁴. A versão atual do site existe desde 2017⁵. Antes do online, já existia uma versão impressa do jornal A Catriaia, que surgiu em 2004, três anos após o início do curso de graduação em Comunicação Social/Jornalismo na Universidade Federal do Acre – UFAC.

O estudo sobre representações e povos indígenas faz parte do projeto “Mídias, representações e narrativas: estudos sobre a Amazônia acreana”, que está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade – PPGLI/UFAC, que por sua vez, está vinculado ao grupo de pesquisa “Mídias, Imaginário e Representação: uma cartografia das Amazônias” (MIRCA). Os membros do grupo estudam sobre jornalismo e representações de povos indígenas desde 2018.

As matérias foram coletadas por meio da ferramenta de busca do próprio site, onde foram digitadas palavras-chave como “indígenas”, “índios”. A metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, que “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimento sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p.44). E está organizada em três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na primeira fase da pesquisa, a partir de uma leitura flutuante, foram identificados os documentos/textos jornalísticos que seriam submetidos à análise e o objetivo do estudo. Neste momento foi identificada uma hipótese de pesquisa: as representações sobre povos indígenas do jornalismo laboratório se assemelham as do jornalismo hegemônico em alguns aspectos. Esses aspectos serão discutidos em mais profundidade ao longo do artigo. Na segunda fase, fez-se a exploração dos textos, neste caso, manualmente, já que foram coletados apenas três textos sobre o tema de interesse. E, por fim, o tratamento dos resultados obtidos para se fazer as inferências de pesquisa sobre as representações jornalísticas.

³ Até 01 de fevereiro de 2022 foram publicados 92 textos no site.

⁴ O endereço da primeira versão do site era <https://acatraia.wordpress.com/>, mas não está mais no ar em 2022.

⁵ O endereço do site em janeiro de 2022 é <https://acatraia.ufac.br/>.

O *corpus* desta pesquisa é formado pelas três matérias encontradas no site A Catraia entre 01 de junho de 2021 e 01 de fevereiro de 2022, que abordam temáticas referentes a povos indígenas no estado do Acre, citam-se: Texto 1 - “Acadêmicos de psicologia da Ufac desenvolvem cartilha sobre os impactos da pandemia em povos indígenas”, publicada por Gabriel Verçoza Alves e Renato Menezes, em 9 de julho de 2021; Texto 2 - “Para além da aldeia: os indígenas na universidade”, escrita por Bruna Giovanna e Ila Caira Verus, publicada em 7 de janeiro de 2022; e, Texto 3 - “Como as notícias falsas afetaram a imunização dos povos indígenas”, de Ana Bessa e Evander Oliveira, publicada em 24 de janeiro de 2022.

A análise de conteúdo em diálogo com o pensamento dos autores ajudou na elaboração de critérios para analisar as três matérias selecionadas. No caso, foram utilizadas para este estudo as cinco ideias equivocadas abordadas por Bessa Freire (2002), tais como: 1) o indígena é identificado sempre de forma genérica; 2) as culturas desses povos são sempre vistas como atrasadas e 3) como culturas congeladas; 4) os indígenas sempre são narrados como pertencentes ao passado; e 5) o brasileiro não é percebido como sendo indígena. Para esse autor, “compreender as sociedades indígenas não é apenas procurar conhecer ‘o outro’, ‘o diferente’, mas implica conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade em que vivemos” (FREIRE, 2002, p.2). Essas ideias serão abordadas em profundidade no item 3 deste artigo.

2 JORNAL LABORATÓRIO

Antes de iniciarmos as discussões sobre jornalismo e representações, é importante explicar a função das atividades de laboratório no curso de Jornalismo. Os veículos laboratórios (jornal, site, televisão, rádio) têm por objetivo colocar em prática a teoria estudada em sala de aula, propiciando aos estudantes experiências no exercício cotidiano do jornalismo e, por consequência, diálogo e compreensão a respeito do mercado de trabalho. Para Dirceu Fernandes Lopes, o laboratório no curso de jornalismo é um:

Instrumento fundamental de um curso de Jornalismo, o jornalismo-laboratório dá condições ao estudante de realizar treinamento na própria escola, possibilitando que coloque em execução, ainda que experiencialmente, os conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas na área técnico-profissionalizante. Integra os alunos na problemática da futura

profissão, tornando possível que obtenham uma visão global do processo jornalístico, não apenas no aspecto conceitual, mas também na prática do dia-a-dia das redações (LOPES, 1989, p. 49).

De acordo com o documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo” (2009), a prática laboratorial visa desenvolver conhecimento e habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores, alicerçados em projetos editoriais definidos a públicos reais e com periodicidades definidas. Diante disso, os autores Ana Cristina Spannenberg, Cindhi Barros e Lucas Jerônimo (2013) afirmam que esses veículos laboratórios devem oferecer uma dupla perspectiva aos estudantes: espaço de vivência das práticas de redação e possibilidade de refletir e repensar o mercado de trabalho.

O desafio dessa prática é saber se esses veículos realmente são espaços para repensar o jornalismo com criticidade e reflexão ou se são apenas mantenedores das características já consolidadas do jornalismo hegemônico e que, por sua vez, são muito questionadas nas aulas teóricas dos cursos de comunicação, entre outras coisas, pela preocupação excessiva com a comercialização da notícia e o lucro, a criação e manutenção de representações, estereótipos, e preconceitos compartilhados de um modo geral sobre determinados grupos de pessoas. Dênis de Moraes em seu livro *Crítica da mídia e hegemonia cultural* afirma que são os meios massivos que:

definem os enfoques editoriais, quais são os atores sociais que merecem ser incluídos ou marginalizados em seus noticiários e programações, e quais as agendas e pautas que devem ser destacadas ou ignoradas no que poderíamos chamar de gestão midiática da realidade (MORAES, 2016, p. 112).

Esse discurso hegemônico presente nos veículos de comunicação é construído, muitas vezes, à custa da marginalização de grupos minoritários (negros, indígenas, gays, mulheres etc.) em favor dos grupos majoritários. Diante desse fato, se o jornalista não observar o que publica, pode priorizar apenas a fala, a língua, as vestes, a alimentação, a dança, dentre outros aspectos, dos grupos hegemônicos (BRAGA, 2013).

Como dito anteriormente, o objetivo aqui é o estudo de representações sobre povos indígenas em três matérias publicadas no A Catraia, por isso fez-se apenas um breve comentário sobre a função do jornalismo laboratório, não havendo, portanto, necessidade no presente estudo de um aprofundamento nessa discussão.

3 JORNALISMO E REPRESENTAÇÃO

O jornalismo não é mais o único meio de divulgar informação na contemporaneidade, mas segue participando do processo de organização e compartilhamento de conteúdo, e, por consequência, auxiliando nas construções de sentidos sociais. Segundo Miquel Alsina, o texto noticioso “é uma representação social da realidade quotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p.14).

Essa “realidade” construída pela mídia não é um produto acabado, é algo aparente e atende interesses específicos nos grupos midiáticos. O jornalismo, por exemplo, propõe um “contrato pragmático fiduciário” (ALSINA, 2009) ao público para que acredite na noção de “verdade” e sustente sua credibilidade. As representações sociais no jornalismo são organizadas a partir de acontecimentos previamente selecionados que auxiliam nessa construção de significados sobre o que é “realidade”, “verdade”⁶ e credibilidade.

Neste texto, trabalha-se com o conceito de representação a partir de Stuart Hall (2016a). Para o autor dos Estudos Culturais, representação é essencial no processo de produção de significados entre os membros de uma cultura, pois é ela que “conecta o sentido e a linguagem à cultura” (2016a, p. 31). Porém, o sentido não é inerente à palavra, ao objeto, pessoa ou coisa, ele é construído pelo sistema e com o passar do tempo vai se tornando algo natural na sociedade.

Stuart Hall enfatiza ainda que apesar de pertencermos a mesma comunidade linguística isso não quer dizer que temos uma “única perspectiva dos acontecimentos: a que é fornecida pelo que é algumas vezes chamada a cultura, ou (por alguns sociólogos) o ‘sistema central de valores’” (HALL, 2016b, p. 312). Segundo o autor, essa perspectiva pode negar “discrepâncias estruturais importantes entre diferentes grupos, ou entre os mapas de significado muito diferentes numa sociedade” (HALL, 2016b, p. 312). Essas negações podem acontecer, por exemplo, na forma como o jornalismo retrata os povos originários por meio dos gêneros notícia e reportagem.

As formas naturalizadas das representações influenciam as percepções das pessoas e a maneira como observam os lugares e os grupos sociais, além da forma como conceituam o mundo. O problema dessas representações é que elas não são consideradas como a

⁶ Os termos são usados entre aspas por se entendê-los como uma construção a partir de determinados conceitos e não como algo de sentido único e acabado.

substituição de algo apenas, mas são interpretadas como sendo o próprio objeto (SOARES, 2009). Como consequência disso, aparecem os efeitos essencializadores e reducionistas, que simplificam tudo e todos a poucas características, caso dos povos indígenas, que estão sendo estudados no presente texto.

Neste artigo, o estudo está centrado nas representações sobre os povos indígenas nas três matérias citadas anteriormente, publicadas no site laboratório A Catraia. A problematização está em torno da seguinte pergunta: quais são as representações presentes nos textos jornalísticos produzidos pelos estudantes de Jornalismo da Universidade Federal do Acre?

A partir da leitura flutuante do site, a primeira observação que se faz é que a temática é pouco discutida pelos graduandos, tendo em vista, que dos 92 textos publicados de 01 de junho de 2021 a 01 de fevereiro de 2022, somente três fazem menção direta a povos e questões indígenas. Essa prática de pouco discutir sobre os povos originários não é restrita aos jornalistas em formação na Amazônia brasileira, mas também é prática em redações jornalísticas comerciais.

Pode-se observar a mesma situação em outro estudo realizado por esta pesquisadora em 2019 no site G1 Acre (MENDES, 2019). Foram coletadas 72 matérias a partir de um grupo de palavras-chave previamente selecionado (distribuídas nas seguintes categorias: atividade econômica; relação ser humano/natureza – fauna e flora; mitos, lendas, crenças e encantamentos; povos indígenas; meio ambiente), entre os anos de 2013 a 2018, e apenas 29 desses textos eram sobre povos indígenas.

Em entrevista concedida por email para esta pesquisa, o professor Wagner da Costa Silva, o primeiro editor do site A Catraia da UFAC, faz a seguinte consideração sobre a escolha das pautas pelos alunos do curso de Jornalismo:

Os alunos costumam, em sua maioria, decidir por uma **linha editorial que se volta para necessidades deles** e dos colegas com os quais convivem na Ufac. Dicas de estágio, mercado de trabalho, produção de tcc, eventos e, ainda, dão grande destaque aos assuntos relacionados à cultura. Como professor, acredito que eles decidirem o que desejam fazer é parte do processo da construção deles como profissionais. Existe uma necessidade deles e dos demais colegas em falar sobre a vida acadêmica e a universidade, talvez por isso eles não se abram para outras temáticas (SILVA, 2022, grifo nosso).

Pela afirmação do professor e pelo número de textos coletados sobre o tema para esta análise, percebe-se que a falta de convivência dos graduandos com povos indígenas pode ser a causadora da não abordagem com frequência do assunto no site laboratório. O relato do docente possibilita ainda um questionamento: como o jornalismo é uma atividade de cunho social, os alunos não deveriam ser estimulados na universidade a abordar temáticas variadas e que, inclusive, divergem das suas “necessidades” (termo usado pelo professor), experiências e interesses?

Os alunos em formação não podem, por exemplo, esperar conviver com indígenas para então produzir conteúdo noticioso sobre suas práticas, seus direitos, suas culturas, seus saberes ou ainda discorrerem sobre o tema a partir apenas das suas perspectivas pessoais. É preciso treinar o olhar social e pluralizado do estudante ainda nas atividades de laboratório para que ele possa expandir suas perspectivas e compreensões sobre a sociedade de um modo geral. Esse exercício contribuiria para o diálogo do jornalismo com diferentes atores sociais, o que poderia permitir também a construção de novos sistemas de interpretação.

4 “ÍNDIO DE PAPEL”

Segundo o professor Bessa Freire (2002), há cinco ideias equivocadas sobre os povos indígenas e essas ideias contribuem na construção e manutenção de representações nas mais diversas narrativas: 1) o indígena é identificado sempre de forma genérica; 2) as culturas desses povos são sempre vistas como atrasadas e 3) como culturas congeladas; 4) os indígenas sempre são narrados como pertencentes ao passado; e 5) o brasileiro não é percebido como sendo indígena. Para esse autor, “compreender as sociedades indígenas não é apenas procurar conhecer ‘o outro’, ‘o diferente’, mas implica conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade em que vivemos” (FREIRE, 2002, p. 2). Ressalta-se que neste artigo, essas ideias serão usadas como categorias de análise das três matérias jornalísticas.

O brasileiro, na visão de Freire (2002), observa o sujeito indígena de forma uniforme, como se todos pertencessem a um mesmo bloco, com os mesmos aspectos culturais e mesma língua. E esse é o primeiro erro cometido em relação aos mais diferentes povos indígenas, pois as especificidades e as diferenças entre os povos são apagadas e os não indígenas transformam os indígenas de etnias variadas apenas em figuras essencializadas. Segundo

Gerson Albuquerque (2016), essa essencialização também é parte das relações de poder e das construções de sentido, que tornam determinados povos e lugares (in)visíveis:

A essencialização de identidades, lugares, regiões, pessoas se constituem como parte da produção de sentidos únicos, abstratos e a-históricos enquanto mecanismos de consolidação das formas de poder, mercado, desenvolvimento, progresso, modernidade e todas as suas variações e desdobramentos: história universal, arte universal, direitos universais, igualdade universal (ALBUQUERQUE, 2016, p. 78-79).

Kathryn Woodward (2009) pontua que as definições essencialistas sobre determinados povos ignoram as mudanças que esses sujeitos experienciaram ao longo dos tempos, e isso é exatamente o que acontece com os indígenas no Brasil. Desde a chegada dos povos europeus no século XVI, eles são sempre observados pelo olhar estrangeiro que busca uma mesma uniformidade de comportamento e uma “verdade” identitária, sem que sejam focalizadas as diferenças e pluralidades sociais e culturais.

A partir do estudo de nove jornais impressos da Amazônia Legal⁷, Roni Pacheco, Rosane Rosa e Reges Schwaab (2018) afirmam que os meios de comunicação tratam os indígenas como sendo apenas “um grupo, que vive a mesma cultura e fala a mesma língua”. Porém, “dados do último Censo (IBGE, 2010) identificaram mais de 243 povos, falantes de mais de 188 línguas diferentes” (2018, p. 511). Toda essa diversidade de povos, culturas e línguas caracteriza uma pluralidade de saberes e práticas que, por vezes, são ignoradas pelos jornalistas.

Além desses autores, há outros estudiosos que discorrem sobre a necessidade de discutir os povos indígenas como não sendo homogêneos. É o caso de Walter Mignolo (2008). O autor ressalta que os povos indígenas não são homogêneos, pois possuem, entre outras coisas, línguas e crenças diferentes umas das outras, sendo necessário, portanto, um “desprendimento do pensamento do eurocentrismo como esfera do conhecimento, a partir do qual é possível controlar a economia, a autoridade, o gênero e a sexualidade, em suma, a subjetividade” (MIGNOLO, 2008, p. 242).

Cada povo indígena é uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Diante disso, o antropólogo de etnia Baniwa, Gersem dos

⁷ Os jornais pesquisados são: A Tribuna do Acre, Diário do Amapá, A Crítica, O Estado do Maranhão, A Gazeta de Cuiabá, Diário do Pará, Diário da Amazônia, Folha de Boa Vista, Jornal do Tocantins.

Santos Luciano diz que a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, que garante uma multiplicidade de formas de vida (LUCIANO, 2006).

Em um dos textos estudados, “Para além da aldeia: os indígenas na universidade”, o professor Joaquim Kaxinawa relata que um de seus colegas de pós-graduação disse que ele não era mais indígena devido ao fato de estar fazendo Doutorado. Joaquim provoca o colega com a seguinte afirmação: “não sou indígena, sou Huni Kuin⁸” (GIOVANNA; VERUS, 2022, online). Para o professor, a identificação de sua etnia é uma forma de demarcar sua constituição identitária e se afastar dos termos generalistas (índio e indígena), comumente usados.

No Acre, por exemplo, são identificados os seguintes povos indígenas: Jaminawa, Manchineri, Huni Kuin/Kashinawa, Kulina, Ashaninka, Shanenawa, Yawanawá, Katukina, Sayanawa, Jaminawa-Arara, Apolima-Arara, Shawãdawa, Puyanawa, Nukini, Nawas e os “isolados” (povos que ainda não têm contato com outras sociedades). Como já dito, cada etnia dessas tem suas línguas, religiões, gastronomia, literatura, economia, entre outros aspectos, diferentes entre si, apesar disso, os sujeitos não indígenas insistem em concentrar-se nas perspectivas essencialistas ou, o que é pior, no apagamento social desses sujeitos.

Na matéria “Acadêmicos de Psicologia da Ufac desenvolvem cartilha sobre os impactos da pandemia em povos indígenas” é possível perceber as essencialidades. O texto apresenta uma cartilha produzida por não indígenas para um público de iguais em que são pontuados “os desdobramentos das atividades indígenas e dos preconceitos que a sociedade ainda alimenta com relação a estes povos” (ALVES; MENEZES, 2022, online), principalmente, durante a pandemia da Covid-19.

Porém, o que se nota é que a própria cartilha que está sendo noticiada uniformiza, homogeneiza os povos indígenas e, por consequência, os estudantes de jornalismo fazem o mesmo, ao escreverem o texto noticioso. A matéria não identifica quem são esses indígenas citados na cartilha e os trata de modo genérico, como se todos tivessem as mesmas necessidades durante a pandemia e sofressem o preconceito social de igual forma. De acordo com o pensamento de Maria Regina Almeida (2009), a homogeneização das mais diversas etnias auxilia no processo de invisibilidade identitária:

⁸ O povo Kaxinawa se autodenomina Huni kuin, termo que significa homens verdadeiros ou gente com costumes conhecidos. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Huni_Kuin_\(Kaxinaw%C3%A1](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Huni_Kuin_(Kaxinaw%C3%A1). Acessado em: 11 de fev. de 2022.

o processo de homogeneização não implicou necessariamente o extermínio físico de populações nativas do continente, mas na invisibilização de suas identidades indígenas, com o propósito de eliminar qualquer forma de diversidade que não se traduzisse em termos sociais (ALMEIDA, 2009, p. 212).

Ainda sobre as generalizações dos povos indígenas, é possível perceber a identificação de apenas duas etnias nas matérias jornalísticas aqui estudadas. Nas três matérias só aparecem entrevistados das etnias Manchineri e Huni Kuin/Kashinawa. E uma mesma professora da etnia Manchineri é entrevistada nos textos 2 e 3. Nas matérias, os jornalistas não respondem perguntas, como por exemplo: quantos estudantes indígenas estão matriculados, em 2021, na graduação e na pós-graduação na Ufac? A quais etnias pertencem esses discentes indígenas? Por que as etnias Manchineri e Kashinawa foram as únicas citadas nos textos?

O segundo erro citado por Freire é pensar que as culturas indígenas são atrasadas. As mais diversas populações indígenas produzem religião, literatura, gastronomia, remédios etc, mas a sociedade não indígena prefere negligenciar esses conhecimentos e saberes ou torná-los de menor importância. Esses conhecimentos “não foram apropriados pela atual sociedade brasileira, por causa da nossa ignorância, do nosso despreparo e do nosso desprezo em relação aos saberes indígenas, os quais nós desconhecemos” (FREIRE, 2002, p. 10).

O texto 2 intitulado “Para além da aldeia: os indígenas na Universidade” é um exemplo do quanto a sociedade não indígena considera relevante os saberes predominantemente, escolarizados de base epistemológica colonial. A expressão “Para além da aldeia” significa que o sujeito indígena só ganha atribuição de sentido ao deixar a aldeia, se deslocar para cidade e ser inserido no contexto do ensino sistematizado. É como se todas as suas práticas e conhecimentos anteriores a este momento fossem de menos significado.

Obviamente, reconhece-se a relevância da inserção do aluno indígena nas universidades públicas a partir dos anos 2000 quando houve desenvolvimento de políticas públicas para este público no país. Todavia, cabe ao jornalismo não negligenciar os saberes tradicionais desses estudantes antes da entrada na vida escolar. Almeida afirma que essa entrada dos povos indígenas nas universidades “contribui para desenvolver e consolidar a aproximação entre culturas históricas indígenas e acadêmicas” (2009, p. 230)

Ainda no texto 2, as jornalistas fazem uma afirmação problemática sobre cotas para indígenas nas universidades públicas e tentam justificar logo em seguida: “Quando foi ingressar na faculdade optou pelas cotas, *não porque precisasse*, mas por seu um direito do

qual ele queria usufruir” (GIOVANNA; VERUS, 2022, online, grifo nosso). A discussão sobre cotas não é sobre “precisar” é sobre ser direito atribuído por lei a povos que foram violentados no que se refere a acesso à educação, saúde, moradia, transportes, alimentação, entre outros direitos básicos, ao longo de cinco séculos. Diante disso, a afirmação “não porque precisasse” é inadequada no contexto da luta por direitos dos povos originários.

O terceiro erro é pensar as culturas indígenas de modo congelado, estático, ainda nos moldes de Pero Vaz de Caminha, “índio de papel” (FREIRE, 2002, p. 12), idealizado, sem roupa ou usando tanga, e manuseando arco, flecha. Em um dos documentos fundadores do país, Caminha afirmava que os indígenas: “Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas” (BRASIL, 1500, p. 2).

Qualquer movimento diferente desse causa estranhamento ao sujeito não indígena, como se pode observar no relato a seguir do professor Joaquim Paulo de Lima Kaxinawa, citado na matéria “Para além da aldeia: os indígenas na Universidade”: “Me lembro bem quando estava fazendo o primeiro ano do doutorado, um jovem que estava fazendo Ciências Sociais chegou para mim e disse que se estava no Doutorado, não era mais indígena” (GIOVANNA; VERUS, 2022, online). A afirmação do professor confirma o pensamento de Freire: “nós não concedemos às culturas indígenas aquilo que queremos para a nossa: o direito de entrar em contato com outras culturas e de, como consequência desse contato, mudar” (FREIRE, 2002, p. 13). O autor defende a ideia de interculturalidade social, sobretudo, nas comunidades indígenas, como se pode perceber no trecho a seguir:

Aquilo pelo qual nós brigamos hoje é por uma interculturalidade, entendida como um diálogo respeitoso entre culturas, de tal forma que cada uma delas tenha a liberdade de dizer: “Olha! Isso nós queremos, isso nós não queremos”, ou então, “nós não queremos nada disso”. É essa liberdade de transitar em outras culturas que não concedemos aos índios, quando congelamos suas culturas (FREIRE, 2002, p. 13).

O quarto erro é pensar que os indígenas pertencem ao passado e atribuir *status* de primitividade aos processos culturais das mais diversas etnias. Freire (2002) lembra na citação seguinte que essa ideia está relacionada com o fato das experiências indígenas serem diferentes do paradigma ocidental, considerado o correto, o civilizado.

Os portugueses, primeiro, e depois os brasileiros, durante cinco séculos acreditaram que os índios eram atrasados e que portugueses e brasileiros representavam a civilização. Portanto, a nossa obrigação era civilizá-los, ou

seja, fazer com que eles deixassem de ser índios e passassem a ser como nós (FREIRE, 2002, p. 18).

Quando observados sempre no passado, os indígenas acabam sendo vistos de duas formas: como “degradados pela exploração colonial ou como selvagens em estado primitivo, que deviam, também, ser incorporados ou combatidos, caso mantivessem as hostilidades” (ALMEIDA, 2009, p. 215). Muitas narrativas no século XIX, XX e XXI ainda observam as populações indígenas como “fósseis vivos, representantes dos nossos ancestrais, e não se incluíam na história nacional” (ALMEIDA, 2009, p. 220). Pode-se citar como exemplo dessas narrativas de passado os romances de José de Alencar: *O guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874). Para Almeida (2009), a literatura indianista de Alencar ressalta os temas lealdade, sacrifício, morte e coragem:

Nos romances de Alencar, eles surgem como aliados dos portugueses, aos quais dedicam devoção e lealdade. Exaltam-se neles a coragem, a pureza, o espírito de sacrifício e a naturalidade, virtudes brasileiras que correspondiam aos sentimentos nativistas despertados pela independência (ALMEIDA, 2009, p. 219).

A matéria “Como as notícias falsas afetaram a imunização dos povos indígenas” apresenta um pouco dessa necessidade dos não indígenas “civilizarem”, explicarem o certo e o errado aos indígenas. No texto, os jornalistas discorrem sobre como o processo de desinformação dificultou a vacinação dos povos indígenas no Acre durante a pandemia da Covid-19. Segundo Vera Olinda, secretária executiva da Comissão Pró-Índio do Acre, a culpa da não vacinação em massa dos indígenas é dos evangélicos (BESSA; OLIVEIRA, 2022, online) que fazem trabalho missionário nas aldeias e foram eles os responsáveis por incutir na mente dos aldeados que a vacina contra Covid-19 não era algo seguro. A matéria não consegue apresentar elementos que comprovem essa acusação.

A reportagem enfatiza que as equipes de saúde do estado do Acre tiveram e estão tendo muitos problemas no processo de informar e convencer sobre a importância da vacina. Porém, sabe-se por causa da divulgação dos dados das instituições de saúde no Brasil, que os indígenas não foram os únicos a não se vacinarem. Dessa forma, a desinformação ou *fake news* – termo mais popular no Brasil – não atingiu apenas esses grupos de pessoas⁹.

⁹ Segundo o Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de Saúde, em 10 de fevereiro de 2022, 152.012.601 pessoas receberam duas doses da vacina. Esse número equivale a 78,25% da população brasileira. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acessado em: 11 de fev. de 2022.

E o quinto erro é o brasileiro não considerar os aspectos indígenas na sua formação identitária e se identificar apenas com o “vencedor”, no caso, os europeus, negligenciando, dessa forma, as matrizes africanas e indígenas que contribuíram fundamentalmente com o processo de formação dos Brasis existentes. Nesse momento, é possível retomar a falar do professor Wagner Costa da Silva quando ele discorre sobre a seleção de pautas no site A Catraia, ponderando que as temáticas estão relacionadas com as “necessidades” dos alunos e que eles dão “grande destaque aos assuntos relacionados à cultura”. Infere-se, então, que as temáticas relacionadas aos povos indígenas não são consideradas frequentemente parte dos processos culturais e identitários desses estudantes de graduação.

As falas sobre preconceito feitas pelo professor Joaquim Kaxinawa no texto 2 exemplificam esse distanciamento que o não indígena tem do indígena. O docente relata não ter conseguido apoio financeiro quando foi estudante de pós-graduação da Universidade de Brasília – UnB, e por fazer Doutorado, ouvia de seus colegas universitários, que não era mais indígena (GIOVANNA; VERUS, 2022, 2022, online). Na compreensão desses estudantes, se um indígena é inserido no contexto escolar sistematizado e urbano, perde por consequência suas marcas identitárias.

A professora não indígena Maria Inês de Almeida, citada na matéria 2, também relata sobre as dificuldades da inserção de cotas nas universidades públicas, uma vez que, alguns colegas docentes agiam/agem com elitismo em relação aos alunos indígenas e não apoiavam/apoiam a permanência deles no ensino superior. Isso acontece exatamente por achar que eles não fazem parte do mover social e devem permanecer à margem da história.

5 OUTRO JORNALISMO É POSSÍVEL

Apesar desses equívocos, na perspectiva de Freire, mencionados anteriormente nos três textos analisados, vale destacar as abordagens consideradas pertinentes, tais como: a discussão sobre direitos que envolvem a PL490 e a demarcação de terras indígenas no texto 1; a existência do curso de Licenciatura Indígena no campus Floresta/Ufac no texto 2, que visa atender público específico; e a campanha de divulgação do processo de vacinação organizada pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) em língua indígena¹⁰ no texto 3.

¹⁰ Os jornalistas não identificam em qual língua o cartaz da campanha de vacinação está escrito.

Essas discussões se distanciam das matérias que visam apenas destacar as relações povos indígenas/natureza, “a ocupação de terras férteis, ou a presença indígena como atrapalho para a realização de atividades consideradas lucrativas, dando contornos de exotismo, retrocesso e primitivismo” (MENDES, 2019, p. 402). As temáticas são ampliadas para questões relacionadas a direitos, educação e saúde, o que favorece a agenda de discussão dos povos originários acreanos.

Nos textos não são usadas somente as fontes oficiais¹¹ (CPI-Acre) e especialistas (professores, pesquisadores) como de costume no jornalismo¹². Em dois textos estudados aparecem fontes indígenas (professores Joaquim Kaxinawa e Soleane Manchineri; e estudantes de graduação Elcio Severino Manchineri e Carolina de Souza). Essa prática diminui e até impede a manutenção de representações reducionistas sobre esses povos tradicionais, pois eles mesmos podem falar sobre suas necessidades e interesses.

Apesar de somente duas etnias terem sido identificadas (Manchineri e Kaxinawa) nos três textos e do uso genérico do termo “indígena”, ressalta-se o fato dos estudantes de jornalismo não terem feito uso de termos considerados mais problemáticos, tais como, como “índio”, “tribo”¹³ etc. Esses termos empobrecem a experiência de humanidade dos grupos e desqualificam as mais variadas etnias (MUNDURUKU, 2017).

Em outro estudo realizado pela mesma pesquisadora, em 2019, foi possível perceber a recorrência dessas palavras em matérias publicadas no G1/Acre, caso do texto intitulado “Eleito melhor DJ do país cria canção inspirada em rituais indígenas do AC”. A palavra tribo aparece oito vezes neste texto (MENDES, 2019). O uso dessa terminologia, por exemplo, fortalece uma visão estereotipada e preconceituosa desses povos. Essa foi uma das diferenças encontradas entre os dois tipos de jornalismo. No jornalismo laboratorial do A Catraia há um maior cuidado com o uso da linguagem, no que diz respeito a seleção de palavras, o que não foi percebido em algumas matérias no jornalismo comercial do G1 Acre.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹¹ As fontes oficiais são as pessoas que estão ocupando cargos tanto no setor público quanto no privado e respondem por instituições, empresas, organizações etc.

¹² É possível encontrar uma discussão sobre o uso de fontes oficiais em matérias sobre povos indígenas no artigo “Jornalismo e representações: um estudo sobre os povos indígenas”, publicado pela autora do presente texto, na Revista Moara, n. 54, ago-dez, 2019.

¹³ Para Daniel Munduruku (2017), o uso desse termo é carregado de preconceito e estigma e induz uma compreensão de que os povos indígenas podem viver sem intervenção do estado.

Ao final da análise das três matérias, nota-se que o jornalismo laboratório do site A Catraia ainda sustenta algumas representações e reducionismos sobre os povos indígenas, mantendo, em alguns aspectos, um desconhecimento sobre a história indígena (FREIRE, 2002). Ideias essencialistas, atraso social, cultural e político, idealização dos povos originários, não identificação cultural entre indígenas e não indígenas são algumas das representações que ainda podem ser encontradas no jornalismo aqui estudado.

O jornalismo laboratório precisa se preocupar em não enfatizar a existência de um “índio de papel”, idealizado, estagnado, parado no tempo e afastado de todo o processo de evolução humana. Para isso, é preciso elaborar não só mais pautas sobre os povos indígenas, mas também pautas em que pessoas de diferentes etnias possam ser fonte jornalística e opinar sobre os mais variados temas de relevância social. Por exemplo, a professora de história Soleane Manchineri e o linguista Joaquim Kashinawa podem dialogar sobre temáticas diversas na área educacional, não se restringindo as causas de seus povos.

Os meios de comunicação desempenham um papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública (HALL, 2016b) e na construção das representações, por isso cabe ao jornalismo combater silenciamentos, comportamentos excludentes e estereotipados, o que acontece, por exemplo, com a abordagem sobre os povos originários. Percebe-se por meio deste estudo que mesmo quando o jornalismo aborda temáticas relacionadas a minorias e grupos sociais específicos, as abordagens, por vezes, ganham espaços “a partir de tendências hegemônicas” (PACHECO, ROSA, SCHWAAB, 2018, p. 497). Dessa forma, a hipótese inicial deste artigo se comprova: as representações sobre povos indígenas do jornalismo laboratório se assemelham as do jornalismo hegemônico em alguns aspectos.

No entanto, não se pode negar algumas iniciativas no enquadramento da pauta e na seleção de fontes dos estudantes do A Catraia. A partir da análise dos textos, foi possível perceber que os graduandos diversificam as temáticas discutidas (direitos, educação, saúde), preocupam-se com o vocabulário usado, dialogam com uma variedade de fontes (não fazem uso somente de fontes oficiais) e também identificam algumas etnias (Manchineri e Kashinawa) em seus textos, o que rompe com a ideia essencialista que tanto está presente no jornalismo hegemônico de um modo geral.

Essa tentativa de modificar perspectivas corrobora com o pensar de Alsina (2009) quando ele afirma que é possível reconstruir representações e mudar perspectivas de acordo

com as circunstâncias de cada momento no jornalismo. Esse movimento é necessário, pois as representações estabelecem identidades individuais e coletivas e auxiliam em responder perguntas de autoconhecimento como: “quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?” (WOODWARD, 2009, p. 17).

Diante disso, é possível entender o site A Catraia como um espaço para repensar práticas jornalísticas, ampliar discussões de menor visibilidade nos veículos de comunicação hegemônicos, e dialogar com diferentes populações indígenas. Esse movimento permite que elas relatem suas narrativas e necessidades, além de evitar a repetição de alguns discursos reducionistas sobre os povos indígenas no Acre.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gerson. Amazonialismo. In: ALBUQUERQUE, Gerson; PACHECO, Agenor Sarraf. **Uwa'kürü Dicionário Analítico**. Rio Branco – Acre, Editora Nepan, 2016.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política. In: SOIHET, Raquel *et al.* (Orgs.) **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ALVES, Gabriel; MENEZES, Renato. Acadêmicos de psicologia da Ufac desenvolvem cartilha sobre os impactos da pandemia em povos indígenas. In: **A Catraia**. 9 de julho de 2021. Disponível em: www.acatraia.ufac.br/?p=1216. Acesso em: 01 fev. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.

BESSA, Ana; OLIVEIRA, Evander. Como as ‘notícias falsas’ afetaram a imunização dos povos indígenas. In: **A Catraia**. 24 de janeiro de 2022. Disponível em: www.acatraia.ufac.br/?p=2225. Acesso: 01 fev.2022.

BRAGA, Claudomilson Fernandes. Representações sociais, comunicação e identidade: o indígena na mídia impressa. **Revista Comunicação e Informação**, v. 16, n. 2, p. 107-122, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5216/c&i.v16i2.27221>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. 1500. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

FREIRE, Bessa. **Cinco ideias equivocadas sobre os índios**. 2002. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B-mxG8pZGRDQOGI3YzA4ZDgtNzIwMC00NGZmLWI2ZGIzMmExNDIzNmY2MGMMy/edit?resourcekey=0-PtY3MBC6lPqrosv8qF13MQ>. Acesso em: 01 fev. 2022.

GIOVANNA, Bruna; VERUS, Ila. Para além da aldeia: os indígenas na universidade. In: **A Catraia**. 7 de janeiro de 2022. Disponível em: www.acatraia.ufac.br/?p=1766. Acesso em: 01 fev. 2022.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016a.

HALL, Stuart. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Florianópolis: Insular, 2016b.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Jornal Laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor**. São Paulo: Summus, 1989.

LUCIANO, Gersen dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MENDES, Francielle Maria Modesto. Jornalismo e representações: um estudo sobre os povos indígenas no G1/Acre (2013 a 2018). **Revista Moara**, n. 54, p. 395-411, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v0i54.8122>.

MIGNOLO, Walter. **Novas reflexões sobre a 'idéia da América Latina': a direita, a esquerda e a opção descolonial**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 239-252, 2008.

MORAES, Dênis. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016.

MUNDURUKU, Daniel. Usando a palavra certa pra doutor não reclamar. In: **Os índios de ontem e os indígenas de hoje**. Secretaria de Educação do Governo do Paraná, 2017.

PACHECO, Roni; ROSA, Rosane; SCHWAAB, Reges. Os indígenas em notícias dos jornais impressos da Amazônia Legal. In: Simpósio Internacional de Comunicação, 2, 2018, Santa Maria. **Anais [...]** Santa Maria: UFSM, DECOM, 2018.

SILVA, Wagner da Costa. **Entrevista** concedida a Francielle Maria Modesto Mendes. Rio Branco, 6 abr. 2022.

SPANNENBERG, Ana Cristina; BARROS, Cindhi; JERÔNIMO, Lucas. Construção colaborativa de um jornal-laboratório: relato de experiência do jornal Senso (in) comum. In:

SOSTER, Demétrio; TONUS, Mirna (Orgs.). **Jornalismo-laboratório**: impressos. EDUNISC, 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.